



MACABÉA

REVISTA ELETRÔNICA DO NETLLI
ISSN 2316-1663

VOLUME 10, NÚMERO 4 | ABR. 2021
EDIÇÃO ESPECIAL DOS 10 ANOS
<https://doi.org/10.47295/mren.v10i4.3364>

O SUJEITO DA EXPERIÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DE UM EU (NARR)ATIVO



THE SUBJECT OF EXPERIENCE: THE CONSTRUCTION OF A (NARR)ATIVE SELF

EDLA FREITAS RIBEIRO

SANDRA MAIA FARIAS VASCONCELOS

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | AS AUTORAS
RECEBIDO EM 16/03/2021 • APROVADO EM 21/03/2021

Abstract

The present article is part of the ongoing research "Sewing memories: alignments of experience for the construction of a (narr)ative and discursive identity in life stories of seamstresses". Here, through theoretical reflection, we seek to designate the object of the research, addressing reflections by Ricoeur (2010, 2006, 1990, [1969] 1988), Pêcheux (2020, 2014, 1997), Bertaux (2010), Delory-Momberger (2014), Josso (2004), and Larrosa (2019). Through the enunciation of experience in a profession, in the case of this paper sewing, the discourse formulated narratively by the seamstresses offers an understanding of how principles are established about the process of (self-)reconstruction of meanings. It also reveals that the relationship between the "I" and the "other" occurs through (re)knowledge that intersects in the interaction. At the same time, the narration of the self from the point of view of experience is a strategy by which the one who tells constitutes himself as a subject of action, giving to his own saying an autonomy that conceives his (narr)ative "me".

Resumo

O presente artigo é parte integrante da pesquisa em andamento “Costurando memórias: alinhavos de experiência para a construção de uma identidade (narr)ativa e discursiva em relatos de vida de costureiras”. Aqui, por meio de reflexão teórica, procuramos designar o objeto da pesquisa, abordando reflexões de Ricoeur (2010, 2006, 1990, [1969] 1988), Pêcheux (2020, 2014, 1997), Bertaux (2010), Delory-Momberger (2014), Josso (2004) e Larrosa (2019). Por meio da enunciação da experiência numa profissão, no caso deste trabalho a costura, o discurso formulado narrativamente pelas costureiras oferece a compreensão de como se estabelecem princípios sobre o processo de (auto)(re)construção de sentidos. Revela-se, também, que a relação entre o “eu” e o “outro” se dá através de (re)conhecimentos que se entrecruzam na interação. Ao mesmo tempo, a narração de si pelo viés da experiência é estratégia pela qual, quem conta, constitui a si mesmo como sujeito de ação, conferindo ao próprio dizer uma autonomia que concebe o seu “eu” (narr)ativo.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Narratives of life. Experience. Narrative identity. Learning subject.

PALAVRAS-CHAVE: Narrativas de vida. Experiência. Identidade narrativa. Sujeito aprendente.

Texto integral

1. NARRATIVA DE VIDA E EXPERIÊNCIA

No prefácio da 2ª edição francesa, de 2005, da obra *Le récit de vie*, de Daniel Bertaux, e traduzido para a edição brasileira como *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos* (2010), o autor funda na sociologia a perspectiva de um exame de *percursos de ação situada* posta em prática por “sujeitos” ou “atores sociais” (BERTAUX, 2010). Estes percursos, além do caráter de situacionalidade, invocam a noção de uma temporalidade, uma *duração*, constituindo, assim, o objeto central dos estudos etnológicos (BERTAUX, 2010). Em outras palavras, Bertaux (2010) nos diz que tais métodos de estudo permitem observar uma atividade, um movimento, uma experiência em ação.

O método *etnossociológico* (BERTAUX, 2010) é inspirado nas técnicas de observação da etnografia e em problemáticas comuns à sociologia. Não se trata de estabelecer dados a partir de uma amostragem extensiva de indivíduos em atuação ou descrever comportamentos ou práticas pertencentes a um grupo social. Ao se buscar relatos de vida, recortados a partir de uma experiência ou do exercício de atividade social, tem-se uma vista de dimensões mais profundas e que ficariam escondidas por trás dos grandes números ou resultados descritivos (BERTAUX, 2010).

A noção acadêmica estabelecida para o prefixo “etno” ganha um novo referente, o da “[...] coexistência, dentro de uma mesma sociedade, de *mundos sociais*” (BERTAUX, 2010, p. 23) que desenvolveriam individualidades e “narrativas semelhantes” por meio de hábitos e práticas comuns, mas não necessariamente realizadas em conjunto. Sendo a sociedade entendida como um macrocosmo, uma estrutura global que contém e institui, em seu interior, “mundos sociais” que “[...] constituem, de algum modo, mesocosmos e cada um deles é formado por numerosos

microcosmos: padarias, escolas primárias, delegacias de polícia, agência dos Correios, consultoras em defesa da nutriz e da criança”. (BERTAUX, 2010, p. 26). Os discursos que se constroem nesses e em outros espaços e situações tanto podem ser corriqueiros ou enunciados de resistência/sobrevivência, pois é no correr cotidiano que se preparam transformações ou que opressões se fortalecem.

Definir o método abordado por Bertaux (2010) talvez seja mais fácil do que atribuir conceituações sobre o que seja a narrativa de vida. Para o autor, a história de uma vida é estruturada em torno de uma “[...] sucessão temporal de *acontecimentos, situações, projetos e ações* que dela resultam: essa sequência constitui de algum modo sua coluna vertebral”. (BERTAUX, 2010, p. 48, *grifos do autor*). O teórico nos recomenda, contudo, não nos apegarmos a termos como “sucessão temporal”, pois expressões assim transmitem uma noção de trajetórias simétricas (BERTAUX, 2010). Na verdade,

Em sua maioria, as existências são, ao contrário, sacudidas por forças coletivas que reorientam seus percursos de maneira imprevista e geralmente incontrolável. Uma guerra, uma revolução, um golpe de Estado, uma crise econômica grave, uma epidemia, atingem simultaneamente e desviam o curso de milhões de existências individuais. [...] Enfim, inúmeros acontecimentos microssociais contingentes – um encontro imprevisto, uma ocasião inesperada, um acidente, uma doença crônica, o falecimento súbito de uma pessoa próxima – vêm também modificar o curso da existência. (BERTAUX, 2010, p. 49).

A “coluna vertebral” a qual o autor se referiu mais acima, então, abandona a ideia de linha reta ou mesmo linhas curvas. Bertaux (2010) usa o termo “linhas quebradas” para qualificar a representação do tracejar de uma vida narrada, pois “[...] elas são contínuas, mas fazem zigzague”. (BERTAUX, 2010, p. 49). Assim, temos por narrativa de vida o relato que uma pessoa faz sobre a própria experiência vivida e que é feito de “forma oral e mais espontânea” (BERTAUX, 2010, p. 49), diante de outra pessoa, numa interação face a face – no caso específico da etnossociologia, uma pesquisadora ou pesquisador (BERTAUX, 2010).

No momento em que está narrando, o sujeito se esforça para se mostrar inteiro em seu relato. É como se quem narra estivesse à frente de si mesmo (RICOEUR, 2010). Entretanto, esse gesto não comporta “[...] nenhum fechamento, mas, muito pelo contrário, deixa sempre algo em sursis, em suspenso, e permanece constantemente incompleto, em virtude mesmo do caráter de *poder-ser* (*Seinskonnen*) do *ser-aí*”. (RICOEUR, 2010, p. 108, *grifos do autor*). O “ser capaz” é a

¹ *Ser-aí* é um conceito da filosofia de Heidegger. Para o filósofo, o ser-aí é um ente que permite ao ser humano questionar a própria existência. É a interioridade particular de cada indivíduo e alcançada apenas no presente, por isso mesmo está alheia a sistematizações quantitativas. Segundo Ricoeur (1997), o ser-aí está em debate constante entre o que aprendeu no passado e o que presencia na sua realidade atual. É o embate da autenticidade e a inautenticidade. Ricoeur recorre a Heidegger para refletir sobre a importância da passagem do tempo na constituição dos sentidos encontrados nas narrativas de vida.

instância que se inscreve no futuro do “ser integral” que conta o vivido. O tecido narrativo serve-se, então, das três angulações temporais para dar integridade a sua estrutura. Dito de outro modo, o momento presente não dá conta de manejar e apropriar-se de um sentido de totalidade. Para Ricoeur, o presente não assume as funções

[...] de articulação e de dispersão, porque ele é a categoria temporal menos apta para uma análise originária e autêntica, em virtude de seu parentesco com as formas decadentes da existência, a saber, a propensão do ser-aí a ser compreendido em função dos seres dados (*vorhanden*) e maneáveis (*zuhanden*) que são o objeto de sua ocupação presente, de sua preocupação. Já aqui, o que parece mais próximo aos olhos de uma fenomenologia direta mostra ser o mais inautêntico, e o autêntico, o mais dissimulado. (RICOEUR, 2010, p.108).

Ricoeur (2010) acredita que o *ser* está no *esquecimento* e que só encontra seu caminho por meio da linguagem. Por essa maneira, “A conquista de conceitos primitivos, originários, é, pois, inseparável de uma luta contra a inautenticidade, ela própria identificada na prática à cotidianidade”. (RICOEUR, 2010, p. 110). A narrativa de vida é uma incessante busca pelo autêntico, um rastreio que só avança se voltando para trás mediante o testemunho de quem viveu. Do depoimento sobre o vivido é que se refaz o passado, ou melhor, se autoriza a sua existência. Não olhamos para o que já passou sem as vistas que possuímos hoje. O passado se (re)constitui a cada (re)narrativização. Tomamos posse do passado quando encontramos seu sentido, pois

Cada situação que o indivíduo encontra na vida social tem seu lugar e sua forma nas séries temporais ou associativas ligadas a sua origem familiar, suas pertencas sociais, seu meio profissional, etc., isto é, a conjuntos estruturados que formam um quadro para a factualidade da vivência. Cada nova experiência da história pessoal vem assim agregar-se a essas configurações ou constelações, seja reproduzindo, seja modificando e transformando estruturas existentes. [...] Elas não se confundem com modelos de comportamento impostos de fora, elas estão presentes em cada momento da experiência, elas as organizam, dão-lhe uma forma: eu nunca vivo o instante presente como um tempo ou um fato isolado, ele se insere sem que tenha necessariamente consciência clara disso, numa continuidade temporal, em séries ocorrenciais, em áreas temáticas, isto é, em redes constituídas e constituintes que correspondem ao complexo histórico-sociocultural que atualizo em minha existência e em minha história individual. (DELORY-MOMBERGER, 2014, p. 295-296).

Quando um sujeito faz da sua vida uma história de vida passa a ter acesso à própria historicidade, isto é, acesso à sua “[...] construção pessoal de sentido a partir dos sentidos estabelecidos, dos não-sentidos e dos contra-sensos que escandem e balizam a experiência vivida dos intervalos, nascimento e morte, organismo e meio ambiente”. (PINEAU e LE GRAND, 2012, p. 111). Tal historicidade é aberta às angulações temporais e são imanentes às ações dos sujeitos (PINEAU e LE GRAND, 2012), o que significa dizer que passado, presente e futuro não estarão dispostos cronológica ou diacronicamente na narrativa. O futuro, por exemplo, estará repleto de expectativas, daquilo que se espera e ainda não aconteceu e que nem se sabe se acontecerá. Ele mantém sua presença ativa na história sendo suporte do que se está vivendo no hoje. Muitas vezes, no entanto, o futuro se encontrará mesmo no que já se passou.

Existiria uma imanência entre o “tendo sido” do sujeito e as ações desenvolvidas em sua historicidade. Assim, o exame narrativo sobre o vivido é, também, um exame sobre as condições em que a história de vida se deu. É nesta esteira que as narrativas de vida se tornam objeto de interesse de diversas áreas de estudo no final da década de 1970, num contexto de “[...] transformações econômicas e sociais que afetam as sociedades [sic] ocidentais e dos questionamentos políticos e ideológicos” (DELORY-MOMBERGER, 2014, p. 313) que tais mudanças provocam. A vida narrativizada passa a ser vista pelo viés da transformação de si mesmo por meio das “artes formadoras da existência”. (DELORY-MOMBERGER, 2014). Pensar a própria história a partir da experiência de um saber, por exemplo, favoreceria o sujeito a libertar seu pensamento sobre si mesmo herdado de estruturas sócio-históricas.

A etnossociologia se interessa muito por narrativas invisibilizadas. Muitas delas se encontram nos ambientes laborais e se concentram na experiência vivida. No mundo corporativo, existe hoje a validação da experiência, propagada como um bem, produto, ostentada como um artefato a ser adquirido. Possivelmente, este novo tratamento que se tem dado à experiência é fruto de uma era de ânsias e ansiedades. A sociedade prega a urgência pela prosperidade. Fórmulas e métodos são vendidos, prometendo “ensinar” a experiência, sem o “ônus” da vivência, que remete à passagem do tempo – esta, sim, uma realidade indesejável num mundo que preza e busca a juventude.

Pensar a experiência como trajetória é

[...] se colocar no caminho, ou melhor, no espaço que ela abre. Um espaço para o pensamento, para a linguagem, para a sensibilidade e para a ação (e sobretudo para a paixão). Porque as palavras, algumas palavras, antes que se desgastem ou se fossilizem para nós, antes de permanecerem capturadas, também elas, pelas normas do saber e pelas disciplinas do pensar, antes que nos convertam, ou as convertamos em parte de uma doutrina ou de uma metodologia, antes que nos subordinem, ou a subordinemos a esse dispositivo de controle do pensamento que chamamos “investigação”, ainda podem conter um gesto de rebeldia, um não, e ainda podem ser perguntas, aberturas, inícios, janelas abertas,

modos de continuar vivos, de prosseguir, caminhos de vida, possibilidades do que não se sabe, talvez. (LARROSA, 2019, p. 75).

Através das narrativas de vida alcançamos um sentido aprofundado da experiência. Quando se fala sobre o que se viveu, temos a possibilidade, não de transmitir o sabido, e, sim, de transformá-lo, pois contar não é viver de novo. Narrar o vivido é ressignificar a experiência, evento que permite nos esquivarmos de dadas verdades as quais nos habituamos, para, de algum modo, podermos ser outra coisa, além daquilo que já se vive sendo (LARROSA, 2019). Por isso, a experiência não se deixa objetivar por definições simplistas. A experiência é o impalpável

[...] que (nos) acontece e que às vezes treme, ou vibra, algo que nos faz pensar, algo que nos faz sofrer ou gozar, algo que luta pela expressão, e que às vezes, algumas vezes, quando cai em mãos de alguém capaz de dar forma a esse tremor, então, somente então, se converte em canto. E esse canto atravessa o tempo e o espaço. E ressoa em outras experiências e em outros tremores e em outros cantos. (LARROSA, 2014, p. 10).

É possível que esta descrição faça parecer que a experiência seja algo quase intangível em termos de análise. Como estamos nos propondo a uma análise baseada na enunciação, ou seja, na linguagem, é possível que tal impressão esteja bem próxima da realidade. Contudo, este é outro de nossos objetivos: perceber como o engenho humano alcança a própria realidade a partir da palavra, fundamento de todo pensamento. Toda palavra é narrativa. Elas “contam” o que queremos dizer em nossos atos enunciativos, enquanto revelam nossas crenças e aspirações, nos permitindo formular uma *identidade* a qual é, ao mesmo tempo, agregação e dispersão.

O impalpável presente num relato sobre a própria experiência não impede, entretanto, que o sujeito que se reporta a outro proceda seu “processo de apropriação de seu poder de formação”. (DELORY-MOMBERGER, 2014, p. 315). De tal modo, as aprendizagens – e as “aprendências” cotidianas – revelam uma consciência individual que delibera sobre outros modos de operar o próprio saber. Isto manifesta uma atuação integralizada à formação pessoal, pois

O poder-saber que se dá aquele que, formando a história de sua vida, se forma a si mesmo, deve permitir-lhe agir sobre si mesmo e sobre as estruturas sócio-históricas nas quais ele evolui, dando-lhe os meios de inserir sua história no sentido e na finalidade de um projeto. (DELORY-MOMBERGER, 2014, p. 315).

Essa é uma perspectiva que refina o objeto de estudo, como também o modo de abordá-lo. A consciência sobre o próprio poder-saber sensibiliza e faz do sujeito aprendiz um *sujeito aprendente* (JOSSO, 2004). O termo destacado aqui é essencial

para a reflexão que buscamos empreender em nossa pesquisa, pois sua aplicação, além de abandonar o conceito medieval de aprendizado, enfatiza o saber anterior da pessoa, seus pontos de vista e a maneira como adquire novos conhecimentos. Mas, acima de tudo, o saber de um sujeito aprendente é fecundado pelo seu fazer cotidiano.

As ciências do humano (JOSSO, 2004) reabilitam a pessoa como sujeito de ação num “[...] retorno do pêndulo depois da hegemonia do modelo da causalidade determinista das concepções funcionalistas, marxistas e estruturalistas do indivíduo, que dominaram até o final dos anos setenta”. (JOSSO, 2004, p. 20). A abordagem centrada na ação/formação individual detecta um ser que produz a si mesmo, executando um movimento de autofundar-se pela experiência, inserido num contexto de dinâmicas bio-psico-socioculturais.

2. Análise de discurso e narrativa de vida - a constituição de um sujeito (narr)ativo

Dentro da nossa pesquisa, o encontro entre os estudos de textos de Paul Ricoeur e Michel Pêcheux, incluindo nomes que se aproximam dos passos de ambos, deliberadamente ou não, originou, inicialmente, um espaço de tensão. Tal tensionamento vem de uma aparente dissimetria entre os dois teóricos no modo de tratar questões enunciativas e o trato com o sujeito em termos de memória. Isto se reflete, por exemplo, na forma como a memória é interpelada por estes dois filósofos. Para Pêcheux (2014), a memória sempre parte do pré-construído. Para Ricoeur (2010), memória é distensão temporal e subjetiva do espírito.

Pela lente das temporalidades contidas nos relatos de vida, contudo, é possível notar que o nível de angulação de ambos aponta para direções diferentes, mas não opostas. Pêcheux (2014), basicamente, traduz o sujeito por meio do interdiscurso, algo que se aproxima da hermenêutica sociológica do si adotada por Ricoeur (2010). O que se espera demonstrar nesta seção é que o fato de uma pessoa estar contando sua vida, constituindo enunciativamente aquilo que ela acredita ser o seu *si-mesmo*, não destitui sua vivência da presença estrutural, inconsciente e histórica do *outro*. Significa, sim, que contar aquilo que se entende como a própria história é entremear uma rede de relações e entroncamentos discursivos, integrando, ao mesmo tempo, subjetividade e universalidade.

De tal perspectiva, não se espera disponibilizar os referidos teóricos em momentos distintos da pesquisa, mas torná-los conjuntamente fecundos, pois a narrativa de vida “[...] não fornece ‘fatos’, mas ‘palavras’”. (DELORY-MOMBERGER, 2014, p. 291). As palavras que o sujeito seleciona e o modo como as torna produtivas, conforme suas intenções, nos auxiliam ao reavaliarem “[...] a natureza da relação entre o *real* e a narrativa. Este questionamento compromete a uma dupla e complementar reflexão sobre a narrativa, como operação cognitiva de uma parte, como objeto de linguagem específica de outra parte”. (DELORY-MOMBERGER, 2014, p. 291). Ainda que Pêcheux (1997, 2014) recorra ao materialismo histórico para formular sua abordagem sobre discurso e sujeito, referindo as relações sociais e a luta de classes como constitutivos das duas categorias, seu pensamento necessita de

um reforço que assimile a operação íntima que uma pessoa realiza ao narrar a própria história. É certo que o sujeito mobiliza, ao menos, duas instâncias de atuação ao enunciar: o “eu” e o “outro”. Existe, todavia, uma unicidade constitutiva no *eu* que não pode ser ignorada e que só atinge sua dimensão analítica – para quem conta e para quem escuta – quando observada narrativamente.

Ocorre, quando um sujeito faz um relato de sua história, um movimento duplo que parte do momento em que se está narrando e oscila entre passado e futuro, afinal o *vir a ser* depende do *ter sido* para que uma unidade narrativa se produza. Não há sujeito partindo de lugar nenhum. Sejam nas situações enunciativas mais corriqueiras às mais complexas, existe a todo o tempo uma imanência própria à constituição do sujeito – do si-mesmo, do intradiscurso – ao social – ao outro, ao interdiscurso. De modo geral, pode-se entender que histórias atestam “[...] um certo senso comum a respeito daquilo que podemos esperar, e até mesmo (ou principalmente) daquilo que podemos esperar que saia errado, bem como daquilo que deve ser feito para restaurar a situação inesperada ou lidar com ela”. (BRUNER, 2014, p. 40).

Outra característica a ser atribuída ao eu narrativo é a experienciação de um afastamento avaliativo de si, isto é, um sujeito que se conta classifica momentos de sua vida partindo do que realizou como pessoa. Os fatos ganham feições de vivência e são ordenados pelo mérito que assumem dentro de um sistema de valores compartilhados. Reorganização e criação são inerentes à narrativa, “[...] o narrador *nasce com* a narrativa pela qual se conta, o sujeito vem à existência colocando um ‘eu’ enunciativo que organiza de maneira autorreferencial simultaneamente um espaço de discurso e um espaço existencial”. (DELORY-MOMBERGER, 2014, p. 288, *grifos da autora*).

Parece-nos coerente ponderar, então, que tanto a Análise de Discurso, de vertente francesa, quanto a fenomenologia hermenêutica do si utilizada nos estudos de narrativa de vida, concordam que o sentido não se encontra somente no que as palavras dizem, mas, também, naquilo que elas não dizem. Dito de outra maneira, o sujeito está na historicidade que carrega em seus enunciados, ao mesmo tempo em que é carregado por esta memória discursiva. Temos, assim, “[...] um *efeito retroativo* que faz com que todo indivíduo seja ‘sempre-já-sujeito’” (PÊCHEUX, 2014, p. 141, *grifos do autor*), não importando sob que formas ou situações languageiras o sujeito esteja se manifestando, se comprando um maço de cigarros, escrevendo uma carta de intenções ou contando como foi sobreviver a uma pandemia, por exemplo.

Por acreditarmos no caráter fundante da linguagem, então, é que as contribuições em conjunto de Michel Pêcheux e Paul Ricoeur parecem-nos, além de válidas, produtivas no que se refere a esta pesquisa em particular. De tal maneira, mesmo seguindo linhas teóricas distintas, entendemos que Ricoeur (2010), por exemplo, examina o si mesmo a partir da consciência enunciativa sobre o vivido, chegando aonde o materialismo histórico não alcança. Enquanto isso, paralelamente, Pêcheux (2014) estabelece uma teoria do discurso que nos auxilia na análise das permeabilidades discursivas. Assim, Ricoeur ([1969] 1988) conjuga a hermenêutica e a fenomenologia, apreendendo o sujeito que se interpreta a si mesmo narrativamente, através da perspectiva sócio-histórica, ao passo que Pêcheux (2014) não perde de vista os mecanismos que validam Ideologia e Sujeito como sistema de interdependências atravessados pela luta de classes. Reconhecer a

existência de uma proporção “[...] sociossimbólica da narrativa convida [...] a um procedimento de elucidação do sentido, que não opera por abstração e generalização, mas que apreende a vivência social no ato singular de discurso que a enuncia e a produz simultaneamente”. (DELORY-MOMBERGER, 2014, p. 288).

A fenomenologia contribui, nessa perspectiva, ao inaugurar na obra de Ricoeur o passo adiante da compreensão/interpretação para a construção de uma identidade narrativa ou consciência da própria historicidade (RICOEUR, [1969] 1988). Sua intenção passa a ser “[...] escavar sob o conhecimento científico, considerado em toda sua generalidade, para atingir uma ligação do ser histórico ao conjunto do ser, que seja mais originária do que a relação sujeito-objecto da teoria do conhecimento”. (RICOEUR, [1969] 1988, p. 9). Dessa mesclagem filosófica, o autor espera chegar à uma consciência singular posta em exame por meio da narrativização da vida.

Um sujeito que se conta é um *ser capaz*, de suas habilidades é que se fez e faz sua história de vida. A narrativa torna-se, também, uma atividade de construção e de reconstrução de enunciados, afinal, o sujeito categoriza, em seu ato de linguagem, uma elaboração do domínio simbólico presente nas práticas sociais (DELORY-MOMBERGER, 2014). Quando se transforma em enunciado narrativo, a experiência de um eu capaz, um eu ativo, se objetiva substituir a “[...] pergunta *por quê* e as explicações monossêmicas e lineares que dela decorrem, pela pergunta *como* e as constelações de respostas que ela demanda”. (DELORY-MOMBERGER, 2014, p. 295, *grifos da autora*).

Partindo desse sentido, Pêcheux (2014) afirma que não é possível que qualquer sujeito se manifeste fora de uma formação discursiva, relação em que “[...] tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições”. (PÊCHEUX, 2014, p. 147). A quem possa sugerir isso, ele declara que seria o mesmo que “[...] buscar resolver o problema *precisamente onde sua solução é radicalmente impossível*” (PÊCHEUX, 2014, p. 168, *grifos do autor*), ressaltando ainda que isto seria o mesmo que tratar o sujeito como um ponto de partida, o que de fato ele não é. O sujeito só é possível nas múltiplas interrelações constituídas discursivamente. Assim, se há ideologia já há o sujeito. Fora da ideologia só o não-sujeito subsiste. Esta é uma crença partilhada já vista em Foucault quando este assume que “[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. (FOUCAULT, 2014, p. 34-35).

Sendo tal o caso, quando dizemos que ninguém fala para o nada ou para a aleatoriedade, estamos afirmando que os sujeitos enunciam assessorados pelas redes de memória – eles estão se dirigindo para o seu outro em quem esperam encontrar correspondência de sentidos. Sujeito e sentido são constituídos historicamente, contudo, não são apriorísticos, pois, quando um sujeito fala produz um efeito de sentido com intenções de animar as “formas vazias da língua; é ele que, atravessando a espessura ou a inércia das coisas vazias reapreende, na intuição, o sentido que aí se encontra depositado”. (FOUCAULT, 2014, p. 44). Para que tais efeitos alcancem seu propósito, conserva-se intacta a “unidade (imaginária) do sujeito” (PÊCHEUX, 2014, p. 150). É nela que se apoiam a dupla forma do interdiscurso: *pré-construído* e *processo de sustentação* (ou articulação enunciativa),

constituindo e, concomitantemente, reinscrevendo o sujeito e (seu) discurso (PÊCHEUX, 2014). Correspondendo ao pré-construído está o

[...] “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”), ao passo que a “articulação” *constitui o sujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*. Especifiquemos de que se trata: [...] uma concepção do efeito de sentido como relação de possibilidades de substituição entre elementos (palavras, expressões, proposições) no interior de uma formação discursiva dada. Acrescentaremos, agora, que essa possibilidade de substituição pode tomar duas formas fundamentais: a da *equivalência* – ou possibilidade de substituição simétrica –, tal que dois elementos substituíveis A e B “possuam o mesmo sentido” na formação discursiva considerada, e a da *implicação* – ou possibilidade de substituição orientada –, tal que a relação de substituição $A \rightarrow B$ não seja a mesma que a relação de substituição $B \rightarrow A$. (PÊCHEUX, 2014, p. 151, *grifos do autor*).

Em termos de uma pesquisa que parte do campo da linguagem delineada pela Análise de Discurso de linha francesa, a constituição de uma realidade social vivida por sujeitos de um grupo particular ativa sistemas simbólicos que se põem em (re)formulação nos enunciados. Para Orlandi (2020, p. 23), “[...] a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história”. (ORLANDI, 2020, p. 23). Da mesma forma que todo enunciado busca validação no sentido, ele também não é aleatório em relação a outros enunciados e ao contexto no qual o sujeito que enuncia está inserido. O real da língua passa, assim, por um manejo de sentidos simbólicos e estabilizados por normas que “ensinam” ao pensamento sobre como se manifestar discursivamente. Não se trata somente do que dizer, mas de como dizer. O sujeito só encontra compreensão coletiva quando constitui em si um sentido que é compartilhado por todos. O sentido é, então, (re)fundado a cada enunciação, mas sem se separar do que já foi acordado pelo contrato social.

Ideologicamente e condicionada pelo contexto de produção e lugar discursivo que o sujeito ocupa, a língua enunciada manifesta que

[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos reduzir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações*

ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX, 2014, p. 146-147, *grifos do autor*).

Instituindo a existência a partir da linguagem, os sujeitos se constituem mediante sua discursivização que, ao mesmo tempo, é “[...] *controlada, selecionada, organizada e redistribuída* por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. (FOUCAULT, 2014, p. 8-9, *grifos nossos*). Ainda que o engenho da dissimulação discursiva se organize por estratégias reconhecíveis, o movimento executado pela cadeia grifada logo acima garante a mutabilidade das relações. Da mesma forma, são mutáveis os sujeitos e a (sua) historicidade.

Impossível seria, então, que qualquer sujeito fosse capaz de captar uma mensagem sem estar imbuído de significações, o que não é alegar que o sujeito é autônomo em seu dizer. Não há palavras apropriadas o suficiente para depositar na mensagem tudo o que o sujeito tem intenção de comunicar. Assim, o sujeito é um ser de interpretação. Tanto Ricoeur ([1969] 1988) quanto Pêcheux (2014) consideram que não há emancipação discursiva. Os sujeitos falam de uma posição enunciativa e não tem total controle sobre o que emitem ou o que constituem em seu dizer, pois estão sempre como que cativos da interpretação que o outro irá atribuir aos enunciados proferidos (PÊCHEUX, 2014). O sentido, entidade extralinguística, é a evidência imaterial de que os discursos são o resultado de eventualidades sócio-histórico-culturais, numa tutela que causa um efeito de sentido manifestado no discurso (RICOEUR, [1969] 1988). O produto do que o sujeito diz através do mistério da linguagem “[...] diz alguma coisa do ser. Se há um enigma do simbolismo, ele reside inteiramente no plano de manifestação, onde a equivocidade do ser vem dizer-se na do discurso” (RICOEUR, [1969] 1988, p. 79).

Na perspectiva posta acima, a hermenêutica praticada por Ricoeur se ocupa de cotejar os mecanismos que levam os indivíduos à interpretação, apreendendo a historicidade presente na enunciação dos sujeitos. Relativamente à narrativização da vida, Ricoeur compreende que a vida vivida é objetivada para que possa ser narrada. Tal objetivação só pode ser realizada pelo *eu* que exprime, através da linguagem, “[...] a sua estrutura imanente e o plano de manifestação onde os seus efeitos de sentido são oferecidos à mordedura do real” (RICOEUR, [1969] 1988, p. 85). A língua é, então, transformada em peça de debate e de defesa por sua presença no *real* como chave interpretativa dos enunciados do *eu*, visto que, quando uma pessoa fala sobre *si mesma* convoca o *outro*, acrescenta e dissimula sentidos. O ser para si como expressão do conhecimento de si “[...] é mais difícil, porque só me compreendo a mim mesmo pelos sinais que dou de minha própria vida e que me são enviados pelos outros. Todo conhecimento de si é mediato, através de sinais e obras” (RICOEUR, 1990, p. 27).

Este é um dos motivos pelos quais a linguagem e os estudos linguísticos são recorrentes basilares do pensamento teórico ricoeuriano e mesmo como matéria para reflexão. Não há alcance suficiente na linguística para o *ser dito*, para aquilo que o sujeito *diz de si* (RICOEUR, [1969] 1988). Um dos embates teóricos que Ricoeur realiza – assim como fez Pêcheux na sua concepção de análise de discurso – é com o estruturalismo de Saussure. Os dois filósofos afirmam os avanços da sistemática

saussureana para o reconhecimento da linguística pelo viés da cientificidade, todavia, reivindicam o aporte cultural, social e histórico como, efetivamente, “produtores” da língua. O entendimento que se dá entre o “eu” e o “outro” é reflexo de uma rede de (re)conhecimentos. Ainda que desconhecidos, os seres não são alheios entre si. Esta é, coincidentemente, uma particularidade que enseja a singularização entre seres, pois, no meio deles não há uma estranheza radical. Há sinais pelos quais reconhecemo-nos, ainda que não haja semelhanças entre vivências ou coincidência de idiomas (RICOEUR, 1990).

Por esse ângulo vemos a importância da fenomenologia ao questionar a pretendida interioridade – sem exterioridade – do sistema de signos, postulado pelo estruturalismo. Esta é uma operação que coloca a possibilidade de o sujeito, individualmente, conforme circunstâncias específicas – a narração de sua vida é uma delas – invocar-se a si mesmo por meio de sua fala, pois a língua “[...] é o veículo, o ‘meio’ no qual e pelo qual o sujeito se põe e o mundo se mostra” (RICOEUR, [1969] 1988, p. 251). De tal modo, a linguagem, conforme a fenomenologia, como intermediária do acesso dos sujeitos à realidade, qualquer que seja ela, é, também, o meio pelo qual o *real* determina os sujeitos, o que significa dizer que é na reconstrução enunciativa de sentidos que o sujeito está posto, operando o *eu* a partir do acontecimento factual do falar (RICOEUR, [1969] 1988). Todo enunciado tem um direcionamento intencional e, como tal, uma rede de referências. As intenções do sujeito ao falar retiram, desta maneira, a língua de uma sistemática de significados conhecidos e manejáveis para dar espaço à equivocidade contida no enunciado e refletida no discurso. Vale acentuar que é

[...] com efeito no mesmo nível de organização e de efectuação que a linguagem tem uma referência e tem um sujeito: enquanto que o sistema é anônimo, ou antes, não tem sujeito – mesmo “-se” –, porque a questão “quem fala?” não tem sentido no nível da língua, é com a frase que vem a questão do sujeito da linguagem (RICOEUR, [1969] 1988, p. 249).

Depreendendo, assim, que nenhuma palavra é pura em termos de significados, um dos objetivos de nossa pesquisa é compreender como se estabelecem as regras que põem em jogo o processo de (auto)(re)construção de sentidos viabilizados pela experiência numa profissão – em nosso caso particular, o ofício de costureira. Deste objetivo deriva, ainda, um pensamento, em conjunto com a noção de narrativa como relato de ações, no qual o sujeito relata seus feitos. Se pensamos na linguagem com (re)constituidora de sentidos, refletimos também sobre o poder narrativo contido no signo linguístico, ou seja, nossas escolhas enunciativas se baseiam nas histórias que as palavras contam. Assim, pode-se afirmar que os sujeitos se comunicam narrativamente, fazendo da ação de relatar também um ato de interpretação e invenção de si mesmo (PASSEGGI, 2010).

É dessa maneira que dizemos que os sujeitos são (narr)ativos, independente das posições que assumam na trama discursiva. Identidades se constroem narrativamente pelo poder (re)estruturador da linguagem, pois o ser humano compreende-se ao interpretar-se. Esse processo é narrativo, afinal, ao mesmo tempo

em que relata sua vida, o sujeito aciona a expressividade contida nas palavras, conforme as condições de produção se apresentem. Descrevemo-nos em palavras e o dom narrativo “[...] parece ser o nosso modo natural de usar a linguagem para caracterizar aqueles desvios do estado esperado de coisas que caracteriza a vida dentro de uma cultura humana”. (BRUNER, 2014, p. 96). A narrativa persegue um viés que serve à compreensão do humano sendo, ainda, a inescapável “[...] forma de compreender as interações humanas”. (BRUNER, 2014, p. 96).

Desse modo, embora tenhamos iniciado esta conversa pelo viés das significâncias e da historicidade que os sujeitos imprimem em sua enunciação, o que nos interessa mesmo é o lugar de ação que o sujeito pode ocupar e que põe em operação o que se quer dizer. Em meio a tantas teorias que se propõem a alcançar uma concepção sobre o papel dos seres sociais em termos de coletividade, um estudo baseado na linguagem dificilmente não se atentará aos modos como um sujeito produz o seu dizer, produzindo a si mesmo. Afinal, a linguagem ultrapassa sua função comunicativa e se torna

[...] quase tudo o que somos, que determina a forma e a substância não só do mundo mas também de nós mesmos, de nosso pensamento e de nossa experiência, que não pensamos a partir de nossa genialidade e sim a partir de nossas palavras, que vivemos segundo a língua que nos faz, da qual estamos feitos. E aí o problema não é só o que é aquilo que dizemos e o que é que podemos dizer, mas também, e sobretudo, *como dizemos*: o modo como diferentes maneiras de dizer nos colocam em diferentes relações com o mundo, com nós mesmos e com os outros. (LARROSA, 2019, p. 58, *grifo do autor*).

Pode-se concordar, então, que a língua “fala” consonante a um processo discursivo que já está em curso quando chegamos ao mundo. Para sermos aceitos como outros os são, somos *revestidos* de uma série de dizeres e de modos de enunciar tais dizeres. Nossa opção pelo termo “revestidos” não é gratuita. Estamos evocando o conceito pêcheuxtiano de forma-sujeito (PÊCHEUX, 2014) para nos referir aos papéis pré-estabelecidos que estão – implícita e arbitrariamente – à disposição dos indivíduos. Dito de outra forma, somos discursivamente inteirados dos ordenamentos velados com desempenho nas estruturas sociais para que possamos validar uma série de práticas sistematizadas para, daí, sermos legitimados como sujeitos. Não existe, contudo, uma delimitação de estágios nesse processo no imaginário linguístico dos implícitos, pois estes se encontram

[...] “ausentes por sua presença” na leitura da sequência: estão eles disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta, um registro do oculto? P. Achard levanta a hipótese de que não encontraremos nunca, em nenhuma parte, explicitamente, esse discurso-vulgata do implícito, sob uma forma estável e sedimentada: haveria, sob a repetição, a formação de um efeito de série pelo qual uma “regularização” (termo introduzido por P.

Achard) se iniciaria, e seria nessa própria regularização que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase (que podem a meu ver conduzir à questão da construção dos estereótipos). (PÊCHEUX, 2020, p. 48).

Ao enunciar, um sujeito põe em marcha o encadeamento dos discursos que sustentam *ideologias* e o próprio *sujeito*, ambos conceitos que se relacionam e se revigoram entre si. No que concerne à narrativa de vida, o que qualifica um sujeito a falar de um lugar unicamente seu é o vivido, a sua experiência organizada como virtude que o leva adiante. Ao mesmo tempo, a atitude narrativa expõe um acesso potente a dimensões do interior/exterior, do singular/coletivo, forjando um protótipo de inteireza que é subjetiva sem abandonar as esferas da multiplicidade. Nesse amálgama entre “inter” e “intra”, sujeito e si-mesmo, memória e rememoração, é que se espera a emergência de alguns elementos nos enunciados. O entrelaçamento dessas instâncias formatam a percepção de uma autonomia discursiva, ainda que imaginária, a qual não se pode negar a um sujeito que se (auto)(re)constrói ou, como gostaríamos de chamar, um sujeito (narr)ativo.

3. A forma-sujeito x o si-mesmo narrativo

A abertura da linguística para as narrativas de vida é recente, e reafirma, no entanto, o caráter social da linguagem, elemento essencial de interpretação dos eventos que formam o *eu*, ser este que só se alcança por meio da enunciação de si. Desta maneira, é possível dizer que todo mundo tem uma vida e todo mundo tem uma história. Aliando os estudos de linguagem aos estudos de narrativas de vida podemos afirmar que poucos são os que tem uma história de vida (PINEAU; LE GRAND, 2012). Muito embora a constatação da linguagem como instituidora de realidades seja relativamente fácil de ser apreendida, há também um mistério presente na relação significante/significado que é complexificada pelo excesso de sentidos encapsulados em um mesmo signo linguístico. Dito de outra maneira, a natureza das palavras está em constante estado de movência, podendo não representar as mesmas coisas para todas as pessoas em todas as épocas. Podemos pensar que, ao mesmo tempo em que há acréscimo ou alteração de sentido nas palavras, se reforça, conjuntamente, seu caráter de incompletude, fazendo do equívoco um “[...] fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” (PÊCHEUX, 1997, p. 51). Isto ocorre porque

[...] toda vez que falamos, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas. E é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam (ORLANDI, 2020, p. 34).

Imprescindível compreender que é no espaço discursivo que as mudanças de sentido são possíveis, onde o sujeito constitui sua identidade interagindo com outros sujeitos. Dessa forma, se entende que nem o sujeito e nem o sentido são dados *a priori*, mas constituídos no discurso, isto é, numa situação comunicativa, enquanto, conjuntamente, se reconstitui o sentido. Produz-se, nesse processo, “[...] um tecido de *evidências ‘subjetivas’*, devendo entender-se este último adjetivo não como ‘que afetam o sujeito’, mas ‘nas quais se constitui o sujeito’”. (PÊCHEUX, 2014, p. 139, *grifos do autor*).

Desta forma, por conta desses atravessamentos, quando se fala sobre discurso, o sujeito, ainda que se considere autor de seus enunciados, não está sozinho. Existem permeabilidades discursivas. Isto significa dizer que há sempre um outro falando em mim – mas, não por mim. Quando duas pessoas estão interagindo diretamente num diálogo, há uma parte em cada um dos interlocutores que convoca a memória social, travestida em resolução pessoal. Vê-se nessa memória uma discursividade que se faz por meio de filiações históricas que agitam e organizam os significantes e as posições enunciativas assumidas por cada sujeito no cenário de enunciação dado (PÊCHEUX, 1997). No espaço discursivo, se toma a (in)consciência das identificações que constituem

[...] uma pluralidade contraditória de filiações históricas (através das palavras, das imagens, das narrativas, dos discursos, dos textos, etc...), as “coisas-a-saber” coexistem com objetos a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de “saber do que se fala”, porque esses objetos estão inscritos em uma filiação e não são produto de uma aprendizagem: isto acontece tanto nos segredos da esfera familiar “privada” quanto ao nível “público” das instituições e dos aparelhos de Estado. (PÊCHEUX, 1997, p. 55).

Nos traços acima descritos, um pré-conhecimento seria comum a todos nós, o qual referimos, em Análise de Discurso, ao inconsciente e à ideologia, tramando uma linguagem de significações encobertas, que atravessa nossos enunciados. Apoiando-se na teoria da interpelação ideológica proposta por Althusser, articulada ao inconsciente como espaço psicossocial, orientado por Lacan, Pêcheux (2014) explicita que é através da enunciação que os sujeitos se posicionam discursivamente, deixando entrever não somente um parecer particular. Manifestam-se as relações sociais num dado momento histórico e como discursos de outros tempos mantêm-se ainda presentes em enunciações contemporâneas. Assim, pelo inconsciente, os rastros do

[...] “discurso do Outro” designa no sujeito a presença eficaz do “Sujeito”, que faz com que todo sujeito “funcione”, isto é, tome posição, “em total consciência e em total liberdade”, tome iniciativas pelas quais se “torna responsável” como autor de seus atos etc., e as noções de *asserção* e de *enunciação* estão aí para designar, no domínio da “linguagem”, os atos de tomada de posição

do sujeito, enquanto sujeito-falante. (PÊCHEUX, 2014, p. 159, *grifo do autor*).

A percepção de que há resíduos discursivos ativos socialmente em (re)formulações enunciativas que exprimem dizeres que não se perderam na/pela passagem do tempo, revelam composições discursivas que remontam a dizeres outros. O “fio discursivo” que nos enreda vem de um aspecto fundante, guardado numa memória que é coletiva, mas, também, individual, pois, só através do intradiscurso, “[...] o funcionamento do discurso com relação a si mesmo” (PÊCHEUX, 2014, p. 153), chega-se ao interdiscurso – “Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas façam sentido”. (ORLANDI, 2020, p. 31). Essa memória, que é de todos e que nos fala por uma voz anônima (ORLANDI, 2020), trabalha por meio de esquecimentos, o enunciativo – seleção parafrástica dentro da formação discursiva a qual o sujeito manifesta afiliação (PÊCHEUX, 2014) – e o ideológico – o modo como inconscientemente somos afetados pela ideologia (PÊCHEUX, 2014).

De tal maneira é que se diz que ninguém é dono do próprio dizer ou que um dizer parte sempre de um sujeito particular. Em termos de discurso não há sujeito que se erga pelos próprios cabelos e se salve de morrer afogado, como “aconteceu” como o Barão de Münchhausen (PÊCHEUX, 2014). Daí cabe dizer que a Ideologia constitui os sujeitos – ao mesmo tempo em que é constituída pelos sujeitos – dentro de um processo que relaciona língua e história. Tal relação de validação simultânea atesta o caráter não temático da Ideologia, mas sua natureza de operacionalizar a linguagem, especialmente quando se entende que é “[...] a partir dela que pensamos, mais do que podemos pensar sobre ela”. (RICOEUR, 1990, p. 70).

É dessa forma, portanto, que, à medida que enuncia, o sujeito, igualmente, concebe aquilo que chamamos e entendemos como “eu”. É exatamente este “eu”, como constituição de sentido sobre si, que interessa aos estudos de narrativa de vida. O desempenho do interdiscurso sobre si mesmo gera enunciados que são, simultaneamente, “autocomentários” do sujeito e “identificação com o outro” (PÊCHEUX, 2014). Em outras palavras, o dizer é narrativo. Ele “conta” que crenças e que afetos movem o sujeito, a quais ideologias ele está associado. Ao enunciar, ainda que não intencionalmente, o sujeito também se autobiografa, rascunha a si mesmo (PASSEGGI, 2010), enquanto abre uma perspectiva de leitura social de mundo.

O si mesmo narrativo não é instância pronta e acabada. Não é apriorístico, mas *a posteriori*, e nem é durável, fixo no tempo em que se conta, afinal, o passado é contado no presente (RICOEUR, 2010). O “eu”, termo que não possui autonomia em Análise do Discurso como conceito a não ser pela interpelação ideológica (PÊCHEUX, 2014), é construído e reconstruído em

[...] nossos eus constantemente para satisfazer as necessidades das situações com que nos deparamos, e fazemos isso com a orientação de nossas memórias do passado e de nossas esperanças e medos do futuro. Falar de si para si mesmo é como fabricar uma história sobre quem e o que somos, o que aconteceu e por que estamos fazendo o que estamos fazendo. (BRUNER, 2014, p. 74).

A existência – e persistência – do *eu* é instância que emerge do conjunto singular entre vivência e experiência discursivizada de uma pessoa com nome e localizável historicamente, que se faz sujeito em seus enunciados. E quando enuncia sobre sua vida, toma consciência de si mesma, sem, todavia, abandonar o “código ideológico” (RICOEUR, 1990) que afeta como sujeito e pelo qual é afetada. Antecedendo todos os sujeitos está a estrutura interdiscursiva pactuada pelo inconsciente e manifestada, também, através das *condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção* (PÊCHEUX, 2014). Tal articulação surge naturalmente. Mas a perspectiva fenomenológica que examina narrativamente o que viveu, concebe, também, um sujeito, como algo além do que “[...] um lugar por onde o discurso passa, vindo das estruturas, é necessário fazer a hipótese mínima de que ele age. Que, por exemplo, para compreender textos, não basta que ele ocupe um lugar; é necessário *também* que ele produza uma atividade”. (POSSENTI, 2004, p. 100, *grifo do autor*).

Sobre – e com – os sujeitos são produzidas uma série de narrativas cheias de intenções e expectativas socialmente compartilhadas. Dificilmente nos damos conta do momento em que nos instituímos/somos instituídos como sujeitos, afinal não nos inscrevemos para falar sem que estejamos enunciando ao menos uma ideologia. O sentido se (re)fundam em nossas enunciações. As palavras às quais se recorrem, mais do que material argumentativo, guardam narrativas sobre lutas de poder. Não são apenas escolhas linguísticas que entram nesse jogo. Interessa mais o discurso que elas acomodam em si por demonstrarem uma afiliação, que é identitária, assim como é, também, política e sócio-histórica. O que sabemos, especialmente, é que através das enunciações de si, dá-se o testemunho de espaços de ação dos sujeitos e daquilo que lhes põe em movimento os afetos. Não se espera que todo e qualquer discurso seja como

[...] um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais que nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um “erro de pessoa”, isto é, sobre o *outro*, objeto da identificação. (PÊCHEUX, 1997, p. 56-57, *grifo do autor*).

Sobre esse trecho em particular, Possenti (2004) reflete o questionamento de Pêcheux (1997) sobre a formulação do enunciado como

[...] pretensa oposição estrutura vs. acontecimento. Após dizer que a noção de máquina discursiva de Foucault derivou para a ideia de uma máquina de assujeitamento que, no limite, desembocaria no apagamento do acontecimento, o que implica em salvar sempre a máquina, ressalva que não se trata, então – o que seria seguir o movimento de ir de um extremo a outro – de pretender que todo o discurso seja um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais, “mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos” [...]. Penso que se pode derivar, desta passagem, [...] o princípio segundo o qual o discurso é integralmente um acontecimento e integralmente peça de uma estrutura. (POSSENTI, 2004, p. 98).

Esse pensamento traz à lembrança uma das narrativas ouvidas de uma das costureiras que vem contribuindo com a elaboração de nossa pesquisa. Ela contou que, até determinada idade, seus irmãos não viam impedimentos em brincar com a irmã. Brincadeiras de bola e peteca foram comuns entre eles até que os meninos se deram conta de que “menina não podia jogar bola”. Em seu discurso e no dos irmãos entraram as interdições entre gêneros. Ao relatar o caso, todavia, ela demonstrava consciência de que aqueles dizeres sociais não lhe tiraram a vontade de continuar brincando das mesmas brincadeiras que os irmãos. Mas, este era um sentimento pessoal já corrente na época ou foi seu contato com os pensamentos do feminismo que, no momento da entrevista, fizeram-na duvidar da “verdade” que ela e os irmãos ouviram na infância?

Eventualmente, essa indagação, talvez, nem fosse a mais relevante, e, sim, a inquirição que, num dado momento de seu relato, ela se fez sobre como aquela interdição da infância, e que modulou gerações de mulheres e homens, escapa cada vez mais da realidade na qual vivemos. Esse exame sobre os enunciados do passado só foi possibilitado pelo exame da própria história, por meio da regulação discursiva em prol de um sentido que é lido por todos os envolvidos na cadeia enunciativa e que, porém, é vulnerável

[...] de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir respectivamente uma outra série sobre a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior. (PÊCHEUX, 2020, p. 48-49).

Como enunciadores, os sujeitos conjugam, assim, isocronicamente, o pensado e o pensante. Em termos das convicções de Pêcheux (2014), o *pensado* equivaleria ao interdiscurso e o *pensante*, ao intradiscursivo. Não podemos tomar tais equivalências, todavia, como absolutas, pois a carga argumentativa e narrativa do termo “pensante” induz a questionamentos e indagações que, quase instantaneamente, apontam para uma subjetividade que não é absorvida pelo materialismo histórico. A grande tese que tal conversão temática nos oferece, dentro dos estudos de narrativas de vida, é a da simbolização do vivido “[...] pela ação da narrativa, sua circulação entre os membros do grupo, o modo como são contadas e recontadas para si mesmo e para o outro”. (PASSEGGI, 2010, p. 119).

Sabemos que existem narratividades privilegiadas em detrimento de outras. O que torna uma exposição mais verossímil que outra não é tanto seu conteúdo, mas a forma como ela é evidenciada. Este formato consagrado pela contemporaneidade é o das redes sociais, nas quais a opinião tem ganhado *status* de verdade, a *verdade* de um modo de produção e de produtividade, sem espaços para subjetivismos que não sejam aplicáveis compartilhadamente e que sejam, ao mesmo tempo, descartáveis. Dizer o próprio testemunho é se deparar com o vivido. É como, enfim, firmar o vivido – tomando, mais uma vez, a linguagem como legitimadora de realidades.

O *eu* é constituído, necessariamente, por confrontos no contato com um mundo de discursos. O modo como esse eu individual reflete o pertencimento do sujeito a uma comunidade discursiva manifesta os efeitos de sentido – e rejeitam quaisquer questionamentos sobre “verdade”. A história de uma pessoa é feita sob circunstâncias que ela não promoveu (RICOEUR, 2010). O que ela tomará como verídico – postura que seu leitor/ouvinte deve assumir também – é o que conseguiu fazer com o tempo que lhe foi dado para viver. A consciência de um sentido da própria de historicidade tem início

[...] com o modo como nos apossamos dele. Poder-se-ia dizer, em forma de paradoxo, que um vestígio só se torna vestígio do passado no momento em que seu caráter de passado é abolido pelo ato intemporal de repensar o acontecimento no seu interior pensado. A reafirmação, assim, entendida, dá ao paradoxo do vestígio uma solução *identitária*, sendo o fenômeno da marca, da impressão e o de sua perpetuação pura e simplesmente remetidos ao conhecimento natural. (RICOEUR, 2010, p. 246, *grifo do autor*).

Falar sobre este aspecto é examinar de perto um eu que não emerge pronto, pelo contrário. Como já dissemos antes, o eu narrativo não é um sujeito pressuposto. O que lhe é relevante tem laços bem dados com a experiência individual. Sua constituição, entretanto, é realizada em interface com a cultura e com assimilações sócio-discursivas que caracterizam o ser narrativo como partícipe de um corpo social. No palco das representações sócio-discursivas, o sujeito que narra põe em movimento, implicitamente, uma *mise en scène*, “[...] um deslocamento das origens (do ‘ponto zero’ das subjetividades), deslocamento do presente ao passado, acoplado ao

deslocamento de um sujeito a outros sujeitos, que constitui a identificação”. (PÊCHEUX, 2014, p. 156).

Narrativas estão a todo tempo representando cenas validadas por uma comunidade social que carregam um protótipo de validações. Narrar a vida é narrar a vida em comunidade, uma vez que “[...] o indivíduo é, do mesmo modo, uma síntese complexa dos elementos sociais. O indivíduo não fundamenta o social; ele é o produto sofisticado do social”. (FERRAROTTI, 20114, p.85). O desejo de quem conta é, desta maneira, também, localizar-se no outro e vice-versa e, assim, o sujeito atualiza seus pertencimentos. Não é imaginável que as histórias de vida negam outras ciências do sujeito e, tão pouco, “[...] as rupturas epistemológicas impedem as sociedades de existir de modo contínuo em registros outros – institucionais ou outros – que não os dos saberes”. (RICOEUR, 2010, p. 372).

Narrativamente, angular do “sujeito” para o “eu” não seria o abandono de uma postura exterior para uma postura interior. Como ato de linguagem, narrar viabiliza um exame sobre o vivido, ainda mais quando a própria história é mirada pela experiência. Além do mais, as histórias de vida consentem que um sujeito interprete a si mesmo. Interpretando-se narrativamente, ele põe a linguagem a serviço de sua individualidade, chegando ao discurso – e a *sua verdade*, ainda que ilusória – através de sua atitude pensante.

4. CONSTITUIÇÃO DAS COSTUREIRAS COMO SUJEITOS DA PESQUISA

A partir da Revolução Industrial e do avanço do capitalismo como sistema econômico, o contexto do trabalho de caráter artesanal precisou se adaptar a uma realidade oposta à vivida anteriormente. A atividade em domicílio era prática cultural no feudalismo. A oficina era um cômodo integrado à casa. No entanto, a clientela era recebida nesse ambiente separado do lar. O tempo de espera para o recebimento de encomendas, feitas à mão, não era curto, não somente pelas técnicas rudimentares empregadas na fabricação, mas, principalmente, pela perícia dispensada a cada peça. O ativamento cotidiano da técnica manual servia ao avivamento de uma memória ancestral transmitida pela enunciação e pela prática, o que contribuía também para o aprimoramento do fazer. A Revolução Industrial converteu o ambiente da casa em espaço de comércio ou a área externa de uma fábrica (ALVES; CUNHA, 2010), envolvendo todos os membros da família em jornadas de trabalho intensas e irregulares. Como exemplo podemos citar a França, nos primeiros anos do século XX, quando

[...] muitas famílias das classes populares mantinham trabalho e vida privada totalmente integrados, a exemplo do trabalho das costureiras que exerciam essa atividade em casa e a mesa em que elas cortavam a costura era a mesma das refeições bem como era utilizada pelos filhos para fazer as tarefas escolares. Nesse mesmo espaço os fregueses eram recebidos para experimentar as roupas, pagar, etc. (ALVES; CUNHA, 2010, p. 7).

Dessa forma, tanto a atividade remunerada – produzida na oficina – quanto a não remunerada, assim como os momentos de descanso – próprios do lar –, tinham seus espaços confundidos ou sobrepostos. Para os trabalhadores em geral, o núcleo familiar era, conjuntamente, uma célula financeira de manufatura autônoma (ALVES; CUNHA, 2010). Tal realidade equiparava os membros da família, em termos de produtividade e de manutenção dos ritmos de trabalho – embora se conservassem as diferenciações entre gêneros e hierarquias patriarcais –, assim como da garantia de que não faltariam trabalhadores, visto que os ofícios eram transmitidos para a geração seguinte dentro das ambiências laborais em que se realizavam as atividades.

No que se refere à costura, sabe-se que sua prática está bastante alinhada à figura feminina, sendo parte relevante do conjunto de prendas domésticas que formaram gerações de mulheres, integrando sua educação para o casamento e para o lar (NUNES, 2006). Numa sociedade que ainda preserva discursos do patriarcado, mesmo que a costura represente para a família outra renda, às vezes a única, “[...] o trabalho domiciliar na confecção é ‘tolerado’ desde que não entre em choque com a vida familiar, que não prescinde do trabalho doméstico, realizado preponderante ou exclusivamente por mulheres no âmbito familiar (mães, filhas, sobrinhas)” (NUNES, 2006, p. 18).

Não é somente com os próprios anseios e subjetividades que uma costureira lida. Se ela trabalha em casa e possui família há, também, esse ambiente íntimo. Existe uma clientela com a qual interagir, compostas por pessoas que estão em busca, em grande parte das encomendas, de um encantamento e, com ele, de um *status*, ainda que momentâneo. Atualmente, a presença de costureiras é mais marcante nas fábricas de roupas, entre outras peças de tecido, devido à forte demanda gerada pelas constantes novidades engendradas pelo universo da moda e do estilo. Mas elas continuam sendo necessárias para atividades mais específicas, que vão desde o conserto ou reforma de uma peça até a confecção de roupas sob medida. Esta é uma realidade que proporciona a muitas delas se manter na informalidade, a exercer seu trabalho *em casa*, sem deixar o trabalho *de casa*.

Muitas são as empresas que, para minimizar custos, optam por contratar costureiras autônomas pelo sistema de *facção* – método que, basicamente, leva o trabalho da indústria ou do comércio para dentro de casa – garantindo prazos ao flexionar a produção das roupas (NUNES, 2006). Assim, como em outros tempos, trabalho domiciliar e trabalho doméstico, culturalmente, se confundem. Para uma mulher que trabalha em casa, os afazeres domésticos dificilmente podem ser relegados a segundo plano e, constantemente, precisam ser negociados com outros membros da família. Isso ocorre, principalmente, se a renda familiar vier somente da costura. Várias costureiras mesclam o sistema de *facção* com o atendimento particular, pois seu ganho é por produção.

Financiamentos proporcionam a compra de máquinas de costura industrial – aprimoradas para serem sempre mais rápidas – permitindo que costureiras levassem a fábrica para suas casas. Tal situação evoluiu, facilmente, para a transformação da casa, também, em fábrica, ou seja, trabalham onde moram e moram onde trabalham. É muito mais do que estar inserido no mercado informal.

São vários os aspectos realçados numa atividade laboral exercida em domicílio. Um deles é a presença da família, principalmente de filhos e de filhas. Não são poucas as vezes em que a costureira deve pedir licença a clientela para atender algum pedido de um filho ou uma filha, ou mesmo para repreender a prole por alguma atitude, por exemplo. De certa forma, pessoas que não pertencem ao núcleo familiar passam a fazer parte da dinâmica daquele microcosmo social.

Outro aspecto que se revela é o uso aprimorado de uma enunciação argumentativa. As plataformas digitais se tornaram ferramentas para a busca de modelos de roupas utilizados por ambos os lados da negociação – a costureira e sua clientela. A diferença é que a profissional tem sob sua posse um arco de conhecimentos e referências que permitem a feitura da indumentária. Basta um exame rápido sobre a peça a ser copiada para que ela acesse informações adquiridas por meio da experiência e indique tecidos apropriados, o tipo de modelagem usada, como a roupa foi realizada. Muitas profissionais se viram impelidas a desenvolver uma maior qualidade descritiva, pois, segundo seus relatos, as plataformas digitais – as mais buscadas são as redes sociais – “entregam” a roupa pronta antes que ela esteja feita, ou seja, apagando o processo de feitura da indumentária, ao mesmo tempo em que invisibilizam quem as faz.

Parece, também, existir, conforme os relatos coletados, uma situação de confiança e dependência da clientela em relação à costureira. Não se trata somente de deixar um tecido na casa da profissional. Muitos clientes optam por comprar o tecido em sua companhia ou incumbi-la sozinha da compra do material, seguindo os desejos de quem faz a encomenda. Quando a costureira não pode fazer a consultoria pessoalmente na loja, geralmente, indica um vendedor experiente e conhecido seu para atender a clientela.

Muitas dessas profissionais ajustam sua atividade às ramificações materiais e imateriais que determinada indumentária pode impor por suas especificidades – um volume pouco usual, um tecido customizado. Ao entregarem a peça pronta é impossível registrar as soluções que ela demandou, algumas já utilizadas em outras peças; outros recursos são “criados” no momento da execução. Tais artifícios abarcam tanto a feitura de uma nova modelagem quanto a busca por um tecido característico, seja pela estampa, seja pelo emprego ao qual servirá a roupa, e que o mercado local pode não disponibilizar.

Todas essas premissas do modo de consumir roupas sob medida, e com as “novidades” surgindo em cada vez menos tempo, precisou ser absorvida pela categoria profissional. A desenvoltura que elas demonstram no exercício e ampliação da função tem a aparência de ser natural, contudo, é, antes de tudo calculada, tanto pela experiência como pela necessidade de manter ativa sua lista de clientes. Segundo algumas narrativas, é impossível se apoiar apenas na elaboração do desejo criado nos territórios do que está em voga e do consumo. Para garantirem a renda da casa, muitas adiam o plano de costurarem só o que gostam ou trabalhar no nicho com o qual se identificam, percebendo certa carência na área – um exemplo disso são as roupas infantis ou alta costura.

O apuramento da modelagem da roupa e o tecido a ser utilizado para sua feitura entram numa equação de cujo resultado depende o êxito do trabalho da costureira. Aquela profissional que satisfaz sua clientela entregando uma peça com bom caimento e atualizada, conforme os ditames das tendências de moda terá seu

tempo produtivo disputado. Alguma contrariedade sentida pela clientela pode tornar a profissional “mal falada”, classificada como “uma costureira que não sabe costurar”. Muitas vezes, segundo alguns relatos, o desgosto de alguma cliente provém mais desta não ver reproduzida sobre si a cópia exata do modelo original, na maioria das vezes, exibido num corpo diferente do seu, do que do fato de a peça realmente estar mal feita.

A linhagem do saber que as costureiras carregam reveste sua narrativa de resistência não somente por suas vidas, que se tornam o nutrimento a amparar um conhecimento consagrado. Elas trabalham com signos que remetem à memória, sendo a roupa o mais significativo deles. A roupa, por ter esse caráter de bem cultural oferecido comercialmente, mais do que proteger o corpo de intempéries e velar pudores, demarca singularidades e cria aparências e distinções. As costureiras estão às portas de acesso à “mudança de pele” que a moda e o consumo defendem sob “operações de transferência de capital simbólico” (BOURDIEU, 2002: p. 162), mas, raramente, elas tem o poder de “decidir” o que a clientela deve vestir. Isso cabe a outros, segundo o que elas contam, àqueles que conseguiram se separar da produção material da vestimenta, alcançando a construção conceitual da indumentária. Este fato é, também, motivador do desejo de se especializar na profissão, pois, muitas delas, reconhecem a carga criativa de que dispõem para exercer a profissão. Acreditam que esse deve ser um reconhecimento a ser agregado no valor final da peça. Assim, estariam cobrando um valor compatível ao que acreditam representar o esforço que tiveram. Um dos empecilhos, no entanto, é parte da clientela que não se dispõe a pagar um preço que considerem mais “caro” por uma roupa “sem marca”.

O caráter afetivo que a profissão carrega fica impresso nas peças produzidas. Elas guardam uma memória que será levada adiante por quem trajá-las. Estas pessoas também marcarão sua história ali. Hábitos ou episódios corriqueiros podem se revelar numa mancha no tecido da roupa, no desgaste dos enfeites ou na alvura do branco. Os objetos são modificados por seus donos e servem também para contar a vida deles. A memória, em ambiências assim, se enraíza não apenas na lembrança. Presenças, gestos, saberes herdados e transmitidos, imagens, resguardam o que foi vivido, à espera de que a mente recorde e a fala propague. No que se refere às discursividades, também o que está fora do corpo físico é morada para as reminiscências. E, por estarem fora, tomam um contato maior com as lembranças de outros. Por isso a constância com que narrativas de tempos idos e das pessoas que os viveram nos alcançam sem tanta dificuldade. Há sempre a voz de alguém a me entregar a história de outro, que é sua também e que, a partir da recontação, passará a ser minha também.

Guiadas por seus personagens, aspirações, tradições, obscurantismos, ambições, desassossegos, as narrativas de vida se configuram como recortes de realidade subjetiva, ao mesmo tempo em que podem gerar familiaridade naqueles que tomam conhecimento de outras histórias. O sentimento de reciprocidade, de estreiteza entre vivências de pessoas que não possuíam uma existência comum faz surgir realidades microscópicas que a história oficial ignora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a ideia de ouvir as histórias de costureiras surgiu, a iniciativa já partia da proposta de narrar suas vidas colocando-as acima do registro simbólico que a profissão carrega. Criatividade, manejo de formas que moldam o corpo, apuro estético, são algumas características atribuídas a quem pratica a costura. Todavia, existe muito mais a ser dito pelas entrelinhas de seus enunciados. As costureiras ouvidas – em especial, as mais jovens – carregam mais do que os saberes dessa técnica. Ampliam horizontes surgidos a partir de demandas pessoais, a casa própria, um espaço de trabalho fora do domicílio, tempo para cuidar da saúde.

A costureira, a todo tempo, reorganiza seus saberes para alcançar os territórios do bem parecer. Sua identidade profissional – e, também, a pessoal, conforme algumas – deve estar em diálogo com a *eterna novidade* oferecida pela moda, com os anseios que a clientela relata. Dessas conversas elas reformulam e reorganizam um saber imaterial, esfera intangível acessada através da criatividade, da interação, da inspiração e do trabalho diário. Passado e presente se contrapõem, se interpõem e se justapõem em discursos, proferidos por pessoas diferentes, mas que não são distintos. Este é um privilégio comum a todos os sujeitos, pois o evocar de vozes é meio pelo qual nos constituímos. Assim, “[...] indivíduo e comunidade se constituem em sua identidade recebendo essas narrativas que se tornam, tanto para um como para outra, sua história efetiva”. (RICOEUR, 2010, p. 420).

O que estamos tentando reconhecer aqui são as estruturas memorialistas e discursivas que entroncam relatos pessoais, construídos a partir e por meio de um saber coletivo, atravessados por histórias outras com as quais essas mulheres costureiras tiveram contato pela profissão, e como se dá a sua constituição individual do *eu*. Como dito anteriormente, elas são um acesso à mudança de pele, mas se tornam, também, receptáculos e propagadoras de histórias, guardiãs de afetos, se valendo deles, quando necessário – para o exercício da profissão – como narrativas exemplares para outras clientes, ou seja, a história de outros se torna memória para a própria história.

É importante compreender que estamos cercados de enunciados que nos concedem o discernimento – ainda que inconscientemente – sobre como proceder em nossos comportamentos individuais e nos orientam à ação como membros de um grupo social. Percebemos, então, como todo sujeito, para enunciar, imerge numa “[...] rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc – isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável”. (PÊCHEUX, 1997, p. 23).

Como já vimos, a linguagem não é autônoma e estabelece a consciência individual e social, soma das ideias coletivas – mas não coletivizantes – que nos cercam. Política, religião, filosofia, estética, educação estão entrelaçadas numa relação socioideológica, concretizada socialmente através da linguagem. Examinar narrativas de vidas de costureiras, em meio a eventos discursivos de outros personagens de seu cotidiano, cercado de signos de *status*, que sevem mais à delimitação da aparência do que ao da essência, é olhar para o difuso. É dar testemunho de enfrentamentos que se dão à luz do dia ou na intimidade e que se ancoram em constantes ressignificações a partir da elaboração de uma dimensão de

narratividade. São dimensões impossíveis de não se hibridizarem, tensionando representações de âmbito domiciliar, produtivo, pessoal e social.

Referências

ALVES, Ana Elizabeth Santos; CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **Memória do trabalho domiciliar e gênero**. Fazendo Gênero 9-Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277774356_ARQUIVO_AnaElizabethSantosTaniaCunha.pdf/. Acesso em: 04 jan. 2021.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. 2. ed. Tradução: Zuleide Alves Cardoso Cavalcanti e Denise Maria Gurgel Lavallée; revisão científica: Maria da Conceição Passeggi e Márcio Venício Barbosa. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010. 167 p.

BOURDIER, Pierre. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. São Paulo: Zouk, 2002.

BRUNER, Jerome. **Fabricando histórias: direito, literatura, vida**. Tradução: Fernando Cássio. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **As histórias de vida: da invenção de si ao projeto de formação**. Tradução de Alberto Pozzer. Revisão científica: Maria da Conceição Passeggi. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Brasília: EDUNEB, 2014.

FERRAROTTI, Franco. **História e histórias de vida: o método biográfico nas Ciências Sociais**. Tradução: Carlos Eduardo Galvão Braga e Maria da Conceição Passeggi. Natal: EDUFRN, 2014. 156 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de abril de 1970**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiência de vida e formação**. Tradução: José Cláudio e Júlia Ferreira. Adaptação à edição brasileira Maria Vianna. São Paulo: Cortez, 2004.

LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiência**. Tradução: Cristina Antunes e João Wanderley Geraldi. 1. ed. 4. reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NUNES, Jordão Horta. **Precarização, trabalho doméstico e trabalho domiciliar no setor de confecções em Goiânia**. 30º Encontro Anual da ANPOCS – 24 a 28 de

outubro de 2006 GT26 - Trabalho e sindicato na sociedade contemporânea. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt26-7/3505-jnunes-o-comunitarismo/file/>. Acesso em: 04 de jan. de 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Narrar é humano! Autobiografar é um processo civilizatório. In: **Invenções de vidas, compreensão de itinerários e alternativas de formação**. PASSEGGI, Maria da Conceição; SILVA, Vivian Batista da (orgs.). Série artes de viver, conhecer e formar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 103-130.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. *et al.* **Papel da memória**. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 5. Ed. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 45-53.

PÊCHEUX, Michel. Discurso e Ideologia(s). In: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014. p. 127-168.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.

PINEAU, Gaston; LE GRAND, Jean-Louis. Qual história? In: _____. **As histórias de vida**. Tradução de Carlos Eduardo Galvão Braga e Maria Conceição Passeggi. Natal: EDUFRRN, 2012, p. 105-128.

POSSENTI, Sírio. O sujeito fora do arquivo? In: POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso**: ensaios sobre discurso e sujeito. Curitiba: Criar Edições, 2004. p. 91-103.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**: o tempo narrado. Tradução: Claudia Berliner. Revisão da tradução: Maria Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. **Percursos do reconhecimento**. Tradução: Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S/A, 1990.

RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações**: ensaios de hermenêutica. Tradução: M. F. Sá Correia. Porto: Rés Editora. [1969] 1988.

Para citar este artigo

FRIBEIRO, E. F.; VASCONCELOS, S. M. F. O sujeito da experiência: a construção de um eu (narr)ativo. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 10, n. 4, 2021, p. 86-112.

As Autoras

EDLA FREITAS RIBEIRO é formada em Letras pela Universidade Regional do Cariri-URCA e em Jornalismo pela Universidade Federal do Cariri-UFCA. Mestranda em Letras pelo PPGL-URCA. Pesquisadora do GELDA-Grupo de Estudos em Linguística e Discurso Autobiográfico.

SANDRA MAIA FARIAS VASCONCELOS é graduada em Letras pela Universidade Federal do Ceará (1996), com Especialização em Psicopedagogia e Doutorado em Sciences de L'Education pela Universidade de Nantes (2003) e Pós-Doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2015). Atualmente é professora associada do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará, é também, professora colaboradora da Universidade Estadual do Ceará e membro do Conselho de avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC, orientadora de mestrado e doutorado. Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Cariri - Crato-Ce. Tem pesquisas na área de Educação, com ênfase em Análise do Discurso Narrativo das Histórias de Vida, atuando principalmente nos seguintes temas: pesquisa autobiográfica, discurso, leitura e escrita, aprendizagem, representações discursivas, educação hospitalar e adolescência. Líder dos grupos de pesquisa Argumentação e Discurso e Relatos e escrita de si, e do GELDA - Grupo de Estudos Linguísticos em Discurso Autobiográfico, ambos certificados e registrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPQ. Membro do grupo Grupo de Pesquisa Interdisciplinar: Formação, Autobiografia, Representações Sociais- GRIFARS, da UFRN.